

**Portaria n.º 317-A/96  
de 29 de Julho**

Ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º O Regulamento dos Regimes de Reingresso, Mudança de Curso e Transferência no Ensino Superior Público, aprovado pela Portaria n.º 612/93, de 29 de Junho, e alterado pelas Portarias n.º 96/95, de 1 de Fevereiro, e 390/95, de 2 de Maio, passa a designar-se Regulamento dos Regimes de Reingresso, Mudança de Curso e Transferência no Ensino Superior.

2.º Os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 5.º, 12.º, 13.º, 15.º, 26.º e 31.º do Regulamento dos Regimes de Reingresso, Mudança de Curso e Transferência no Ensino Superior passam a ter a seguinte redacção:

**«Artigo 1.º  
Objecto**

O presente Regulamento disciplina os regimes de reingresso, mudança de curso e transferência nos estabelecimentos de ensino superior.

**Artigo 2.º  
Âmbito**

1 – O disposto no presente Regulamento aplica-se aos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

- a) Estabelecimentos de ensino superior público tutelados exclusivamente pelo Ministério da Educação;
- b) Estabelecimentos de ensino superior público sujeitos a dupla tutela;
- c) Estabelecimentos de ensino superior particular e cooperativo.

2 – .....

3 – .....

4 – O disposto no presente Regulamento aplica-se ainda aos estudantes que tenham tido uma matrícula e inscrição válida num curso da Universidade Católica Portuguesa e que pretendam ingressar num dos estabelecimentos a que se refere o n.º 1.

**Artigo 3.º  
Limitações quantitativas**

1 – .....

2 – Aos estudantes do ensino superior que sejam praticantes em regime de alta competição, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio, aplicam-se os regimes de reingresso, mudança de curso e transferência sem quaisquer limitações quantitativas.

**Artigo 5.º  
Incompatibilidades**

1 – Não podem apresentar candidatura através de um dos regimes a que se refere o presente Regulamento os estudantes que, para o mesmo ano lectivo:

- a) Se apresentem a um dos concursos a que se refere o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 28-B/96, de 4 de Abril;
- b) Se apresentem a um dos concursos a que se refere o capítulo V do Decreto-Lei n.º 28-B/96;
- c) Requeiram o ingresso através de um dos regimes especiais a que se refere o capítulo VI do Decreto-Lei n.º 28-B/96.

2 – .....

**Artigo 12.º  
Condições para a mudança de curso**

1 – Pode requerer a mudança para um determinado par estabelecimento/curso o estudante que satisfaça uma das seguintes condições:

- a) Ter aprovação nas disciplinas de um curso do ensino secundário complementar do ensino secundário, ou do 10.º/11.º anos de escolaridade, fixadas como disciplinas específicas para a candidatura ao par estabelecimento/curso em causa;
- b) Ter realizado no ano em causa os exames nacionais das disciplinas específicas exigidas para acesso a esse par estabelecimento/curso e neles ter obtido a classificação mínima fixada nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 28-B/96, se exigida.

2 – .....

**Artigo 13.º**

Cursos com pré-requisitos ou que exijam aptidões vocacionais específicas

1 – A candidatura a cursos para os quais sejam exigidos pré-requisitos, nos termos dos artigos 17.º a 20.º do Decreto-Lei n.º 28-B/96, ou aptidões vocacionais específicas nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 21.º do mesmo diploma legal, está condicionada à satisfação dos mesmos.

2 – A instituição de ensino superior pode decidir no sentido de admitir à candidatura, a título condicional, estudantes que não hajam ainda demonstrado satisfazer aos requisitos a que se refere o n.º 1.

3 – Em caso de aplicação do disposto no n.º 2:

- a) A matrícula dos estudantes colocados só pode ter lugar após a verificação da satisfação dos requisitos em causa;
- b) Caso não haja lugar a matrícula, aplica-se o disposto no n.º 4 do artigo 27.º

Artigo 15.º  
Fixação dos limites quantitativos

1 – As vagas para cada curso, em cada um dos concursos, são, salvo disposição diversa constante do estatuto do estabelecimento de ensino superior em causa, fixadas:

- a) Nas universidades, pelo reitor;
- b) Nos institutos politécnicos, pelo presidente do instituto;
- c) Nos restantes estabelecimentos de ensino superior, pelo presidente do conselho directivo, director ou órgão correspondente.

2 – O total das vagas fixadas para cada par estabelecimento/curso para os concursos especiais a que se refere o capítulo v do Decreto-Lei n.º 28-B/96 e para os regimes de reingresso, mudança de curso e transferência não pode ser superior a 20% das vagas fixadas para esse mesmo par estabelecimento/curso ao abrigo dos artigos 5.º e 6.º do mesmo diploma legal.

3 – Por despacho do Ministro da Educação, proferido sobre proposta fundamentada do órgão a que se refere o n.º 1, pode ser excedido o limite a que se refere o n.º 2.

4 – As entidades a que se refere o n.º 1 comunicam ao Departamento do Ensino Superior as vagas que tiverem aprovado.

Artigo 26.º  
Reclamação

1 – Da decisão prevista no artigo 24.º poderão os interessados apresentar reclamação, devidamente fundamentada, no prazo de 15 dias a partir da data da afixação da mesma.

2 – .....

3 – .....

4 – Os estudantes que tenham apresentado reclamação nos termos do presente artigo procedem à matrícula e ou inscrição no prazo de sete dias após a recepção da notificação a que se refere o número anterior.

Artigo 31.º  
Aproveitamento de vagas

As vagas de um par estabelecimento/curso eventualmente sobranes num dos regimes a que se refere o presente Regulamento podem ser utilizadas nos outros regimes, por decisão da entidade a que se refere o artigo 15.º e nos termos por ela definidos.»

3.º São revogadas as referências 8 a 11 do anexo t ao Regulamento dos Regimes de Reingresso, Mudança de Curso e Transferência no Ensino Superior.

4.º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ministério da Educação.

Assinada em 22 de Julho de 1996.

Pelo Ministro da Educação, *Alfredo Jorge Silva*, Secretário de Estado do Ensino Superior.